

CORREIO
ECONÔMICO

FABIO RODRIGUES-POZZEBOM/ AGÊNCIA BRASIL



TÂNIA RÊGO/AGÊNCIA BRASIL

Conclusão é de estudo divulgado nesta terça-feira pela CNI

País deve dobrar investimento para zerar déficit em infraestrutura

O Brasil precisa mais que dobrar os investimentos em infraestrutura para reduzir o déficit histórico do setor e se aproximar dos padrões internacionais. É o que aponta o estudo Financiamento dos Investimentos em Infraestrutura no Brasil, da Confederação Nacional da Indústria (CNI), que propõe um novo regime de financiamento para ampliar a participação do capital privado e sustentar projetos de longo prazo.

Em 2024, foram investidos R\$ 266,8 bilhões em infraestrutura, equivalentes a 2,27% do PIB. Segundo a CNI, o país precisaria elevar esse patamar para 4,65% do Produto Interno Bruto (PIB), cerca de R\$ 550 bilhões por ano, e mantê-lo por pelo menos duas décadas.

Para a CNI, nenhuma fonte de recursos, isoladamente, é capaz de atender às necessidades do país.

Brasil e EUA voltarão a discutir tarifas

O ministro do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, Márcio Elias Rosa, disse nesta segunda-feira (14) que representantes do governo brasileiro vão se reunir com o representante comercial dos Estados Unidos (USTR, na sigla em inglês), Jamieson Greer, durante o encontro do G20, que ocorrerá nos dias 30 de setembro e 1º de outubro na cidade de Milwaukee, nos Estados Unidos.

Elias falou rapidamente sobre o assunto com a imprensa após um evento no Palácio do Planalto.

TOMAZ SILVA/AGÊNCIA BRASIL



G20 acontecerá na cidade estadunidense de Milwaukee

Tesouro honra R\$ 79,95 mi em dívidas

A União pagou, em agosto, R\$ 79,95 milhões em dívidas de estados e municípios, na condição de garantidora de operações de crédito contratadas pelos entes subnacionais. Com isso, o valor desembolsado pelo Tesouro Nacional para cobrir parcelas não quitadas pelos devedores chegou a R\$ 3,13 bilhões no acumulado de 2026. Os dados constam do Relatório Mensal de Garantias Honradas pela União em Operações de Crédito e Recuperação de Contragarantias (RMGH), divulgado nesta terça-feira (15) pelo Tesouro Nacional.

Desde 2016, a União desembolsou R\$ 89,66 bi

Desde 2016, a União desembolsou R\$ 89 bi para honrar garantias em operações de crédito de estados e municípios. No mesmo período, recuperou R\$ 6,06 bilhões por meio da execução de contragarantias. Somente em agosto, foram recuperados R\$ 70 mil. Segundo o Tesouro Nacional, o principal fator que explica o baixo volume de recursos recuperados é a participação de estados no Regime de Recuperação Fiscal.

Datacenters I

Foi sancionada na terça-feira (15) a lei que cria o Regime Especial de Tributação para Serviços de Datacenter, voltado a estimular a instalação e a ampliação de centros de processamento de dados no país. A nova legislação estabelece um regime tributário especial destinado a incentivar investimentos em infraestrutura digital e fortalecer o setor de TI.

Datacenters II

A expectativa é de que, com as novas regras, o Brasil fique mais atrativo para projetos ligados à computação em nuvem, inteligência artificial, armazenamento e processamento de dados, bem como para outras atividades que demandam grande capacidade computacional. A lei associa os incentivos à adoção de critérios de sustentabilidade.

Influência das bets I

Um estudo feito pelo Centro de Pesquisa em Macroeconomia das Desigualdades, da Faculdade de Economia, Administração, Contabilidade e Atuária da Universidade de São Paulo, revelou que as apostas, conhecidas popularmente como bets, reduziram o consumo e retiraram da atividade econômica entre R\$ 120 bilhões e R\$ 141 bilhões.

Influência das bets II

Os pesquisadores consideram que se o saldo do crédito para pessoa física subiu cerca de R\$ 450 bilhões e a transferência líquida de R\$ 62,5 bilhões tivesse sido financiada por novo crédito, o que é visto como uma hipótese extrema, isso corresponderia a cerca de 14% do aumento do endividamento das famílias em 2025.

Endividamento I

A pressão financeira sobre a indústria deve se intensificar no próximo trimestre. A terceira edição da Consulta Empresarial sobre Juros, Crédito e Custos Financeiros, realizada pela Confederação Nacional da Indústria (CNI) em agosto, aponta que 32% das empresas industriais esperam alta no saldo da dívida bancária.

Endividamento II

O movimento ocorre em um ambiente marcado por pressões persistentes sobre o custo do capital.

A maioria das empresas consultadas projeta aumento da necessidade de financiamento nas principais frentes operacionais: 56% em contas a pagar, 50% em estoques e 49% em contas a receber.



Os dados fazem parte da Pesquisa Mensal de Comércio (PMC)

Vendas no comércio caem 0,8% em ‘ressaca’ da Copa do Mundo

Apesar da queda em julho, setor cresce 1,6% em 12 meses, diz IBGE

Da Redação

O comércio varejista brasileiro recuou 0,8% na passagem de junho para julho, influenciado por uma espécie de “ressaca” da Copa do Mundo. O resultado faz com que o desempenho acumulado do setor no período de 12 meses desacelerasse para 1,6%.

A média móvel trimestral, que suaviza oscilações pontuais e reflete a tendência recente, aponta variação negativa de 0,1%.

No acumulado de 2026, o setor avança 1,8%, e em 12 meses, 1,2%. Os números indicam desaceleração, uma vez que, em março, o acumulado de 12 meses era 2,3%.

Os dados fazem parte da Pesquisa Mensal de Comércio (PMC), divulgada nesta terça-feira (15) pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

O resultado de julho coloca o comércio brasileiro 10,6% acima do nível pré-pandemia de covid-19 (fevereiro de 2020) e 1,5% abaixo do maior patamar já registrado, alcançado em março de 2026. De acordo com o analista da pesquisa, Cristiano Santos, o comércio está em patamar equivalente a dezembro de 2025.

O levantamento mostra que das oito atividades pes-

quisadas pelo IBGE, cinco apresentaram retração na passagem de junho para julho. Veja o comportamento dos grupos de atividades:

- móveis e eletrodomésticos: -4,9%;
- livros, jornais, revistas e papelaria: -4,2%;
- tecidos, vestuário e calçados: -2,7%;
- outros artigos de uso pessoal e doméstico: -2,2%;
- hiper, supermercados, produtos alimentícios, bebidas e fumo: -0,2%;
- artigos farmacêuticos, médicos, ortopédicos e de perfumaria: 0,6%;
- equipamentos e material para escritório, informática e comunicação: 0,6%;
- combustíveis e lubrificantes: 0,3%.

Cristiano Santos explica que a queda de eletrodomésticos, revistas e papelaria, e vestuário têm relação com a Copa do Mundo, ocorrida em junho e julho, uma vez que venda de itens como TVs e álbuns de figurinha tiveram crescimento nos meses anteriores à copa, aumentando a base de comparação de julho.

“É como se as pessoas tivessem concentrado a capacidade de consumo desses produtos que têm a ver com a copa principalmente em maio.”